CDD: 639.2

## A ARTE DO PESCADOR ARTESANAL

Maria Cristina Maneschy 1

RESUMO - Este trabalho retrata as modalidades de pesca observadas na vila de Ajuruteua, município de Bragança, litoral do Estado do Pará. Discute também dados relativos à origem e às condições de trabalho de pescadores que atuam em empresas de pesca naquele município. Pretende destacar como a qualificação do pescador artesanal valoriza o capital investido na atividade pesqueira.

PALAVRAS-CHAVE: Técnicas de pesca, Qualificação.

ABSTRACT - This work describes the fishermen's technics in Ajuruteua village, Bragança, Para State. It relates the fishermen's working conditions in fishing entreprises in that region. It aims to set off how fishermen's qualification gives value to capital investments in fishing activities.

KEY-WORDS: fishing technics, Qualification.

Universidade Federal do Pará. NAEA. Deptº. Ciências Sócio-Políticas.

## INTRODUÇÃO

A história oficial tem visto a Amazônia como região despovoada e subdesenvolvida, o que a tem feito merecer a "ajuda" do Brasil desenvolvido. Por isso, o Estado, como promotor dos interesses "nacionais", tem formulado um conjunto de políticas desenvolvimentistas para a região, muito embora em períodos que coincidem (mera coincidência?) com conjunturas de crise social e econômica do país. Nesses momentos, a Amazônia ajuda, seja abrindo seus espaços para aliviar pressões demográficas de outras regiões, seja fornecendo recursos naturais que possam aliviar as finanças do país.

Um corolário desse esquema de "integração" da Amazônia é a concepção largamente difundida da indolência da população nativa e de seu rudimentarismo cultural. Nas avaliações dominantes sobre a cultura material dos pequenos produtores da região, destaca-se, em geral, a baixa produtividade de seu trabalho e seu conservadorismo frente às inovações.

Quando se analisa a realidade da pesca no Estado do Pará, verifica-se que as mesmas pré-noções estão presentes, balizando as concepções correntes e as políticas econômicas formuladas para o setor pesqueiro. Os pequenos pescadores, classificados como pescadores artesanais, detentores de uma tecnologia secular, são também vistos como atrasados. A partir daí, sucessivos governos vislumbraram, no fomento à pesca empresarial, a solução para a baixa produtividade do setor e para resolver os problemas de abastecimento urbano.

Apesar de tudo, são ainda os pescadores artesanais que fornecem a maior parte da produção para o mercado interno do Estado e alimentam, também, um comércio interestadual. As estimativas apresentads pela Coordenadoria Regional da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), em 1988, mostram que 80% da produção pesqueira paraense provém do segmento artesanal. As indústrias de pesca objetivam, principalmente, a exportação.

O objetivo deste artigo é retratar um pouco da arte do pescador artesanal, conforme observações feitas em um povoado de pescadores da costa paraense. Essa arte compreende um conjunto amplo e diversificado de conhecimentos, técnicas e habilidades necessárias para explorar os recursos pesqueiros litorâneos. As diversas modalidades de captura aí praticadas expressam uma riqueza de formas de relacionamento com a natureza, à base de um complexo conhecimento do mar, dos movimentos dos cardumes, incluindo também a confecção de parte dos instrumentos de trabalho.Quando se observam todas essas formas, percebe-se que o ser pescador envolve um longo aprendizado, um processo de socialização desde a infância, o que o torna um trabalhador altamente qualificado. Entretanto, como essa qualificação é obtida em uma prática de vida, fora portanto das vias institucionais de formação na sociedade capitalista, ela é tida como não qualificação, como um saber inferior. Quando o pescador é proletarizado, ele se apresenta como vendedor de força de trabalho "desqualificada", posto que socialmente desvalorizada.

Ocorre, porém, que os resultados da produção pesqueira - ao menos no presente estágio de desenvolvimento tecnológico - dependem basicamente da habilidade do pescador em detectar bons **pesqueiros** (termo regional que designa os pontos piscosos), prevendo as épocas e zonas apropriadas, estimando as influências das marés e correntes marítimas, deslocando-se ao longo da costa paraense quando necessário. Ele corre os riscos e arca com o tempo gasto à procura dos recursos, maior ou menor em função das próprias variações do meio natural, na medida em que sua remuneração decorre do volume de produto desembarcado e não do tempo de trabalho. Desse modo, o pescador fornece uma mercadoria que é apropriada pelos que controlam os meios de produção e de circulação: armadores, intermediários, empresas de pesca.

A percepção desses fatos levou-me a tentar confrontar o que parece constituir dois lados de uma mesma realidade. Na pequena produção pesqueira "atrasada", "rudimentar", gera-se parte da força de trabalho que valoriza o capital investido na pesca. Este artigo discute tais questões, a nível preliminar, como uma tentativa de contribuição para um pensar crítico sobre o caráter do desenvolvimento regional. Inicia apresentando um panorama das modalidades de captura empregadas pelos pescadores da vila de Ajuruteua, município de Bragança. Em seguida, discute alguns dados relativos às condições de trabalho e à origem de pescadores que trabalham em empresas pesqueiras na cidade de Bragança. As informações aqui contidas foram obtidas através de entrevistas com pescadores locais, durante os anos de 1986 e 1987 tendo em vista a elaboração de minha dissertação de mestrado (Maneschy 1988).

#### MODALIDADES DE PESCA EM AJURUTEUA

A vila de Ajuruteua é um pequeno povoado formado por cerca de 900 pessoas, cuja atividade básica é a pesca. Localiza-se em uma ilha oceânica, cortada por diversos furos, na margem esquerda do rio Caeté. Nesse ambiente, realizam-se principalmente pescarias marítimas, nas águas da baía do Caeté e no oceano, a distâncias de até cinco milhas da costa, em geral. Os rios próximos, especialmente suas cabeceiras, são também freqüentados pelos pescadores da área. Como se verá a seguir, esse meio propicia diversas modalidades de captura.

A produção tem como destino principal a cidade de Bragança, para onde é levada diariamente por marreteiros (intermediários) que possuem barracas com caixas de gelo, na praia onde os pescadores aportam. Apenas os barcos maiores levam diretamente seu produto até a cidade.

As embarcações predominantes são canoas a remo, ou a vela, de 3 a 5 metros de comprimento em média, onde trabalham de um a três tripulantes.

Os instrumentos de pesca utilizados podem ser agrupados em três categorias: redes, linhas de mão e armadilhas fixas. Atualmente prevalece o uso de redes, confeccionadas em fio sintético, de tipos variados conforme as espécies procuradas e as zonas de atuação.

Encontra-se ainda a tradicional tarrafa - rede circular, manipulação in-

dividual, para apanhar camarões e peixes miúdos, inclusive os que servem como isca. Contudo, as mais comuns são as redes de emalhar, de formato retangular, compostas da panagem (o malheiro propriamente dito, onde os peixes se prendem), ligada em toda a sua extensão a duas cordas. Na corda superior, são fixadas as bóias da rede, a intervalos regulares umas das outras, que mantêm a rede em suspensão; na corda inferior, colocam-se pesos de chumbo, que esticam o instrumento para baixo. Essas redes são empregadas para capturar espécies próximo à superfície, como também no fundo, ou à meia-água. Nesses dois últimos casos, ajusta-se a altura em que se quer localizar a rede na água, através de filames, cordas perpendiculares à panagem, na extremidade das quais são colocadas as bóias da rede. Assim, conforme a profundidade em que se pretende atuar, ajusta-se a altura dos filames.

As redes mais difundidas entre os pescadores de Ajuruteua são as tainheiras (fio plástico nº 30 a 40, com 30 a 40 mm de malha), variando entre 300 a 600 metros de extensão. Servem à captura de diversas espécies como tainha, corvina, peixe-pedra, gó e outras, nem sempre bem valorizadas no mercado. Encontram-se, também, redes corvineiras e pescadeiras (também chamadas de malhadeiras), em fio de náilon. Essas últimas são muito apreciadas por seu malheiro largo (14 a 15 cm), próprio para espécies bem cotadas, sobretudo a pescada amarela. As pescadeiras e corvineiras empregadas no local medem entre 200 e 250 braças de comprimento<sup>2</sup>.

As redes são colocadas com a embarcação à deriva, devendo-se levar em conta a profundidade do lugar. Assim, ao chegarem em um ponto tido como adequado para iniciar a operação, lançam na água o prumo, fio com peso na extremidade, com o qual medem a profundidade. Tal medida é importante não só porque constitui um dos indicadores da presença provável de espécies, como também em função da segurança do aparelho na água, passível de se engatar em pedras porventura existentes no leito. Para as redes de fundo, como visto acima, a profundidade vai determinar a altura das cordas de bóia.

Vale mencionar que com o prumo, os pescadores realizam uma sondagem, com a qual adquirem progressivamente o conhecimento do relevo e da constituição do fundo do mar.

Dentre as linhas de mão empregadas, destaca-se o espinhel. Trata-se de uma linha de náilon, na qual são fixadas centenas de linhas menores, cada qual com um anzol na extremidade. Entre um anzol e outro a distância é de uma braça. Durante a pesquisa de campo, encontraram-se espinheleiros utilizando 100 anzóis, outros com 200, 300 e 480 anzóis em seu aparelho. A dimensão dos anzóis e linhas varia segundo as espécies procuradas. Dessa modalidade geralmente participam dois pescadores. Requer o uso de isca, que capturam nos mangues próximos, com tarrafas, ou pequenas redes caiqueiras (similares às tainheiras, porém com malha mais fina entre 22 a 25 mm, para peixes miúdos).

Uma braça corresponde a aproximadamente 1,5 m.

À época da presença de grandes cardumes de sardinha no litoral bragantino, essa espécie é utilizada como isca. Um dos pescadores contactados fabrica um tipo de canoa, denominada viveiro, com talas de guarumã trançadas, de 2,5 m de comprimento, no qual coloca as sardinhas vivas. O viveiro é então rebocado por sua canoa de pesca, até o local onde vai pescar de espinhel. Dessa forma, considera que pode dispor de uma isca muito eficaz.

Especialmente no "verão" (estação mais seca, de julho a novembro), parte dos pescadores locais dedica-se exclusivamente à pesca do camarão. Para tal, deslocam-se para outros pontos, como as cabeceiras de rios. Destaca-se o rio Araí, a cerca de duas horas de canoa de Ajuruteua. Aí passam de 6 a 8 dias, pescando e salgando o produto. Como instrumentos, empregam tarrafas e caiqueiras, em pescarias a pé ou de canoa. Alguns ainda usam a muruada, denominação dada à captura com puçás, redes em forma de saco, fixadas a estacas em determinados pontos de rios (os pontos de muruada). Após cada maré vai-se colher o produto.

Outra modalidade de pesca significativa é a pesca de curral. Trata-se de uma armadilha fixa, confeccionada com varas de madeira, armada em beira de rios, praias, ou sobre bancos de areia no meio de rios ou baías. São como grandes cercados, com formatos peculiares, com cerca de 30 metros de extensão. As varas são encontradas em matas próximas à vila, que os pescadores coletam livremente, transportando em canoas. O processo todo de construção de um curral pode durar até dois meses, dependendo também do número de pessoas envolvidas. Além das varas, utilizam-se em sua confecção panagens de redes, cipós e pregos, entre os outros, adquiridos por compra. Esse instrumento é considerado mais produtivo durante o "inverno" (dezembro a junho), devendo ser reconstruído anualmente.

Um curral é despescado (recolhimento dos peixes aprisionados) duas vezes ao dia, quando a maré baixa. Cabe notar que, embora pareça uma modalidade de pesca menos arriscada que as demais, já que o pescador não sai ao mar, envolve também riscos, como o de se ferir nos mangues ao tirar varas ou, ainda, o de ser ferrado por algum peixe ao se despescar um curral em que a água não escoa totalmente.

Várias outras modalidades são também praticadas, em menor escala, algumas em caráter complementar. Uma delas é a tradicional tapagem de igarapé, realizada ainda por poucos pescadores locais. Ela envolve diversas etapas. Durante as marés baixas, enfiam-se estacas na boca (entrada) desse curso d'água. Quando a maré sobe, trazem a rede para estendê-la sobre as varas, fechando assim a saída dos peixes. Para fazê-lo, devem mergulhar, pois a parte inferior da rede deve ser fixada no leito. Quando a maré baixa, os peixes que haviam penetrado, ficam presos à rede.

Um outro tipo encontrado, praticado como complemento em certos períodos, é a pesca com munzuás, que constituem uma armadilha colocada próximo à margem de rios. Confeccionada com talas de palmeiras, têm forma oval, cerca de 1,5 m de comprimento e aberturas nas extremidades laterais, de tal modo que permitem a entrada dos peixes atraídos pela isca colocada em seu exterior, mas impedem-lhes a saída. Essa pesca é praticada individualmente, ficando a armadilha submersa por várias horas. A cada dia ela é

instalada em um local diferente.

Em termos gerais todas essas modalidades de captura são bastante influenciadas por fatores naturais, que condicionam as épocas mais propícias e os diferentes circuitos de pesca ao longo do ano. Nas ocasiões em que passam vários dias fora de Ajuruteua, os pescadores de canoas dormem em ranchos, que são barracas de palha, geralmente sem vedação lateral, construídas pelos próprios pescadores em diversas praias das redondezas. Nessas barracas eles não apenas dormem, como realizam a salga do peixe e trabalhos acessórios.

Os resultados das pescarias variam significativamente conforme as estações. O movimento das marés segundo as fases do ciclo da lua tem, também, grande influência no calendário dos pescadores. Trata-se dos dois períodos de grandes marés, que acompanham as fases de lua cheia e lua nova, intercalados pelos períodos de marés pequenas, correspondentes às fases de quarto crescente e quarto minguante. No vocabulário local, as fases de grandes marés são denominadas lançantes, ou de lanço, ou ainda, de lua; as marés pequenas são chamadas de quabra ou de quarto. Em um ciclo lunar (28 dias) há dois períodos de marés lançantes e dois de quebra alternados. Segundo se depreende dos depoimentos, fatores como a maior velocidade das águas e a quantidade de materiais em suspensão, próprios às fases de marés grandes, facilitam a pesca de rede nesses períodos. Em contrapartida, durante as marés pequenas, diminui consideravelmente a produtividade das redes. Como explicam os pescadores:

"Nos pescamos assim, por água; pescamos 7,8 dias, para 7,8 dias (...) porque quando chega o quarto, a água limpa, o peixe se some. Aí quando começa a a lançr a maré, que a água suja, aí começa a dar o peixe novamente (...) Com a água limpa, o peixe enxerga a rede".

"Como a água corre, a rede se move com facilidade, ela vai e vem mais rápido e passa lá onde tem o peixe".

As marés também têm influência nos rios locais. Por isso, os pescadores de rede e de espinhel que atuam em cabeceiras, trabalham de preferência durante as marés pequenas. Uma das razões apontadas, é que como a correnteza é então mais fraca, não há riscos do instrumento ser levado em direção à margem.

A mobilidade sazonal das espécies, as variações no teor de salinidade das águas são outros dentre os diversos fatores que condicionam seu trabalho. Verifica-se, pois, que é necessário todo um conhecimento acerca das alterações sazonais de clima, mobilidade das espécies, situação das águas. Durante alguns meses do verão, a ocorrência de fortes ventos dificulta as saídas ao mar, de modo que os pescadores atuam mais nos rios. Ao longo do ano, engajam-se em diferentes modalidades de pesca, muitas vezes deixando tem-

porariamente sua canoa e trastes, ou emprestando-os, ou mesmo cedendo a outros pescadores em troca de partes do produto.

Essas modalidades podem ser resumidas sob a designação genérica de pesca de canoas. Nelas predominam pequenos proprietários, que quase invariavelmente tomam parte no processo de trabalho. Alguns posuem apenas uma parte dos instrumentos necessários, devendo, então, associar-se a outros. Uma alternativa comum, no caso de pescadores que tenham um pedaço de rede, é uni-lo com o de outro proprietário, ou o de algum marreteiro. Este, assim, passa a ter, além de seu rendimento comercial, parte do valor da produção.

O regime de trabalho é o de parceria, havendo a partilha do resultado da venda, de acordo com o grau de participação de cada um na propriedade do material de pesca e no trabalho.

Em Ajuruteua há um pequeno número de proprietários de embarcações motorizadas de pesca, possuindo também redes maiores, cuja utilização demanda grupos maiores de tripulantes. Alguns possuem mais de um barco, não mais morando na vila e, sim, na cidade de Bragança, de onde administram sua unidade. Nessa escala de meios de produção, o proprietário não mais atua como pescador, restringindo-se às tarefas em terra.

O regime de trabalho é formalmente semelhante ao das canoas, dividindo-se o produto conforme a participação de cada membro na propriedade e no trabalho. Todavia, o grau de concentração de meios de trabalho, sendo mais acentuado, beneficia principalmente aos proprietários que, em épocas propícias, podem investir no aumento de sua unidade, obtendo assim um certo grau de acumulação.

Em termos tecnológicos pouco se diferenciam da pesca praticada em canoas. Afora o uso de motores que facilitam o deslocamento da embarcação, as capturas continuam a depender basicamente da habilidade dos pescadores.

A maioria desses barcos atua em pescaria no mar, indo porém um pouco mais longe que as canoas. Em épocas impróprias no litoral bragantino, podem atuar em zonas mais distantes, como a costa do Marajó e do Estado do Maranhão. Praticam predominantemente a pesca de redes, sobressaindose as pescadeiras e as serreiras (fio plástico nº 50 ou 60, 50 a 60 mm de malha), de extensão bastante superior àquelas empregadas pelos pescadores de canoas.

O exame das diferentes modalidades de captura mostra que os pescadores são, de fato, detentores de um conhecimento bastante complexo. Além do domínio técnico, a profissão exige certas disposições psicológicas, como a coragem para enfrentar o mar, a lida com peixes perigosos e outros fatores. Requer, ainda, força física para manipular pesadas redes sob as águas.

Esses atributos são adquiridos através de um longo aprendizado prático. Contudo, a despeito de toda essa riqueza cultural, esses pescadores não vivem em regime de auto-subsistência. São produtores mercantis, inseridos em um contexto de economia capitalista que os envolve, quando menos, pela esfera da circulação de mercadorias. Na medida em que elas vendem seu produto em condições subalternas, por preços determinados fora da esfera da produção, eles são assim expropriados da maior parte do valor que pruduzem.

De outro lado, seu complexo conhecimento técnico não se exprime em trabalho de alta produtividade. Os ritmos e resultados são fortemente influenciados por fatores naturais. Comparadas ao nível de desenvolvimento das forcas produtivas na sociedade envolvente, fruto da produção em larga escala, com a correspondente socialização do trabalho, as condições técnicas do pescador estão defasadas. A contrapartida da produção ampliada na sociedade capitalista é a necessária ampliação do consumo, condição para o domínio da mercadoria. Os pequenos produtores são envolvidos no processo de mercantilização e adquirem novas necessidades de consumo. Porém, sem meios de ampliar a produtividade de seu trabalho, sobrevivem em termos precários. Embora estudos já realizados sobre pequenos produtores de pesca no estado (Furtado 1987; Loureiro 1985; Maneschy 1988 e Mello (1985) não apontem para uma inexorável extinção da categoria, são evidentes as dificuldades que vivenciam. E um dos resultados disso, é a emigração de pescadores que vão tentar a vida em cidades, seja a capital do Estado, sejam centros menores. Parte desses migrantes emprega-se em empresas de pesca. Interessa, portanto, analisar como seu saber tradicional é utilizado e a quem serve, tal como se pôde perceber em Bragança.

# A ARTE DO PESCADOR A SERVIÇO DE EMPRESAS DE PESCA

Na cidade de Bragança, importante entreposto pesqueiro do Estado, localizam-se algumas empresas de pesca, das quais se destacava, à época da pesquisa de campo, uma filial de um grande grupo econômico do Nordeste do país, que concentrava atividades de captura, beneficiamento e exportação de pescado. Essas empresas dedicam-se à pesca de alto mar, havendo também, algumas que compram a produção de pequenas unidades pesqueiras.

As embarcações de alto-mar mobilizam equipes de 10 a 20 pessoas, conforme o tamanho, desempenhando funções especializadas. Há os que atuam como mestres, função essa que só pode ser exercida por pessoa habilitada através de cursos específicos. Há também contra-mestres, geleiros, cozinheiros e pescadores. Essa divisão do trabalho permite racionalizar o uso dos meios e do tempo de trabalho, de modo a aumentar a produtividade. Os barcos têm, geralmente, mais de 20 toneladas de capacidade e dispõem de equipamentos como radares, que auxiliam as capturas. Há casos de embarcações menores, de cerca de 10 a 12 toneladas, pertencentes a proprietários individuais, que atuam ligados a determinada empresa, a quem devem o fornecimento exclusivo.

Assim, as empresas de pesca operam em condições técnicas superiores, usufruindo da maior escala e do trabalho especializado. O pescador aí é uma peça de um sistema mais amplo, que evidentemente aumenta a produtividade. Contudo, esse maior desenvolvimento das forçs produtivas é capitalista, visando sobretudo à acumulação privada. O trabalho insere-se como um dos

instrumentos de criação de valor. A maior eficiência produtiva, nesse regime, aparece como poder do capital que reúne os elementos da produção e não como resultado do trabalho social. Por consequência, a tecnologia não é concebida, ou aplicada, para o trabalhador, mas à revelia dele, para utilizá-lo como meio. É assim que se pode compreender que a tecnologia, que de fato expressa o avanço da capacidade material de uma sociedade, pode voltar-se também contra o trabalhador. Determinadas funções são exercidas em condições adversas, que minam a criatividade, ou são prejudiciais à saúde. É o que se percebe, por exemplo, no trabalho do geleiro, que é aquela pessoa responsável por arrumar os peixes nos frigoríficos das embarcações, de modo que eles mantenham boa apresentação, para serem aceitos nos exigentes mercados externos. Por isso, o geleiro passa a maior parte do tempo a baixas temperaturas. Um desses profissionais contactados em Bragança, após alguns anos na função, queixava-se de dores em seu corpo, a seu ver provocadas pelo frio, posto que as roupas especiais que utilizava forneciam proteção insuficiente.

A racionalização capitalista do processo de trabalho também busca meios de ampliar a produtividade, em detrimento do trabalhador individual. Na pesca local, esse fato é evidente através das modalidades de captura e das formas de remuneração dos pescadores.

No caso específico de Bragança, a pesca de alto-mar, objetiva principalmente uma espécie particular de peixe, que requer um instrumento específico. Trata-se da espécie pargo, muito apreciada nos Estados Unidos, para onde é exportada. Esse peixe é apanhado por anzóis. Cada pescador trabalha com uma ou duas linhas, com cerca de 20 anzóis cada. O pagamento é feito através de salário fixo, em certos casos, havendo uma comissão conforme o volume de produção e, em incentivo adicional ao aumento do produto, as empresas instituem prêmios àqueles que capturarem o maior número de peixes, estimulando assim, igualmente, a competição. À época da pesquisa de campo, o salário básico de um pescador girava em torno de um salário mínimo nacional, de modo que as comissões e, se possível, os prêmios, eram fundamentais na composição de sua renda. Nas empresas menores os pescadores eram pagos conforme a produção de cada um.

Devido à técnica de captura utilizada, a competição entre os pescadores levava, não raro, a conflitos abertos entre os tripulantes. Até cerca de 1984, os barcos pargueiros locais empregavam exclusivamente a pesca com bicicletas. Nesse sistema, os pescadores posicionam-se ao longo do convés da embarcação, cada qual com sua bicicleta. Esta consiste de um aparelho movido manualmente, tendo a forma de um molinete, no qual fica enrolada a linha com os respectivos anzóis. A denominação deve-se às manivelas com que se manipula o aparelho. Ocorre que elas não ficam muito distante umas das outras - 1,5 m de distância, no caso de um desses barcos sobre o qual se obteve a informação. Por isso, quando está na água, uma linha pode engatar-se na outra, levando os pescadores a interromperem a operação, o que pode gerar desentendimentos entre os envolvidos.

Nós últimos anos foi instituído um outro sistema de captura, que tem se mostrado mais rentável, tanto em termos de volume produzido, quanto por

economizar óleo combustível, que é um dos maiores elementos de despesa da pesca em alto-mar. Trata-se da pesca em caícos, que requer barcos de grande porte, acima de 25 toneladas de capacidade, para transportar entre 13 e 16 pequenas canoas a remo - os caícos - e tripulações de até 20 pessoas. Chegando em um ponto de pesca, pela manhã, as canoas são lançadas ao mar, uma a uma, por meio de guindastes. Em cada uma fica um pescador, munido de linhas e iscas. Ficam espalhados em uma determinada área, de modo que possam ser avistados do barco principal, que se aproxima em dois momentos: na hora do almoço e no meio da tarde, para distribuir refeições e recolher a produção. Ao final da tarde, os caícos são recolhidos, com a produção final.

As jornadas são longas e o trabalho solitário. Além de um ritmo intenso de trabalho diário, as viagens duram cerca de 25 a 35 dias, intercaladas com períodos de 8 dias em terra. Nesses intervalos, os tripulantes cuidam da limpeza da embarcação e equipamentos e preparam a próxima saída. As viagens mais longas ocorrem nos meses de janeiro e fevereiro, quando diminui a produtividade. Segundo os pescadores, esse é o período de reprodução dos peixes, quando eles "comem menos isca".

Por tais características, verifica-se que as condições de trabalho na pesca industrial, moderna, são bastante difíceis. É verdade que muitos pescadores preferem ser empregados (embarcados), usufruindo assim de certos direitos trabalhistas.

Isso reflete também o fato de que a pequena produção responde precariamente às necessidades desses pescadores e suas famílias. Os recursos de saúde oferecidos através das Colônias de Pescadores são limitados. Ainda que possam filiar-se à Previdência Social como autônomos, poucos conseguem arcar com as mensalidades. Assim, a condição de empregado aparece em muitos aspectos como vantajosa.

Uma série de problemas envolve a conversão dos pequenos pescadores em proletários da pesca. Pôde-se perceber na história de muitos entrevistados uma grande rotatividade no emprego e mesmo fora da pesca. Outro aspecto a considerar, é o incipiente grau de organização coletiva dessa categoria profissional. Não há sindicato de empregados de empresas pesqueiras na cidade.

Afora essas condições, merece destaque o fato de que os pescadores contactados, quase sem exceção, provinham de zonas de pesca artesanal. Eram originários de praias do município de Viseu e, principalmente, do litoral do Estado do Maranhão. Desde pequenos tinham-se habituado com o trabalho do mar, possuindo, portanto, uma longa experiência anterior. Somente os mestres haviam seguido cursos formais de habilitação para a função. Porém, comumente após algum tempo de trabalho, regularizar uma situação de fato.

Com efeito, o desenvolvimento das forças produtivas na pesca industrial não parece ainda ter eliminado a necessidade de um saber especializado, que não se obtém em cursos. É justamente a vivência do pescador, sua qualificação.

O saber do pescador não constitui um conhecimento simples acessível a qualquer um. Porém, como a pesca artesanal está sendo gradativamente de-

sestruturada na sociedade de mercado, em parte face à tecnologia que não permite crescente produtividade, pelo não controle dos produtores sobre o produto de seu trabalho e, ainda, face à própria concorrência com a pesca moderna, parte dos pequenos pescadores deixa sua atividade, passando a viver da venda de sua força de trabalho. Ao se empregarem em empresas de pesca, oferecem não uma simples capacidade de trabalho, mas também um conjunto de conhecimentos e habilidades que servem à acumulação de capital. Todavia, as condições de trabalho, com baixos salários, são justificadas face à pouca ou nenhuma qualificação apresentada por eles. De fato, muitos são quase analfabetos. Mas, para os trabalhos que executam, o que ainda importa é o domínio da arte de pesca e, nesse sentido, são qualificados. Só que não é a qualificação institucional, legitimada pela estrutura de saber dominante. A ideologia da não qualificação dos pescadores transmuta-se no barateamento de sua força de trabalho.

Esses fatos recolocam uma questão que permanece atual, que é a da falsa oposição entre "atrasado" e "moderno". Enquanto não se revolucionam os processos de produção em determinado setor, ou região, verifica-se a articulação entre ambos. A permanência da pequena produção pesqueira não apenas favorece a acumulação mercantil em determinados segmentos da comercialização. Não representa também, unicamente, um meio de sobrevivência de populações não absorvidas pelo mercado formal de trabalho. Ela prepara, igualmente, parte dos trabalhadores qualificados que ingressam nas fileiras do proletariado.

Penso que seja importante destacar essa articulação, pela qual determinadas categorias de produtores tidas como "atrasadas", servem também à acumulação capitalista, conforme tem se dado nesta região. É importante destacá-la, porque os que sofrem o processo, os que são expropriados de seus meios de vida, tal como os pescadores autônomos, incorporam também em parte a ideologia que os inferioriza, o que os submete mais passivamente à exploração. A mudança dessa situação passa, também, pela retomada da consciência de sua importância social.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FURTADO, L.G. 1987. *Curralistas e redeiros de Marudá*; pescadores do litoral do Pará. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi CNPq, 366p.
- LOUREIRO, V.R. 1985. Os Parceiros do mar; natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi - CNPq, 277p.
- MANESCHY, M.C. 1988. *Uma Comunidade pesqueira ameaçada*. Belém, UFPa/NAEA, 228p. Tese de Mestrado.
- MELLO, A.B. 1985. A Pesca sob o capital; a tecnologia a serviço da dominação. Belém, UFPa, 296p.
- SUDEPE. 1988. O Setor pesqueiro no estado do Pará; diagnóstico. Belém, COREG PA/AP. Versão preliminar.

Recebido em 04.01.89 Aprovado em 09.05.90